



EUGENIO RAÚL ZAFFARONI
JOSÉ HENRIQUE PIERANGELI

MANUAL DE DIREITO PENAL BRASILEIRO

Parte Geral

11.ª EDIÇÃO
REVISTA E ATUALIZADA

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

7 m
ed.
2
Diretora Responsável**MARISA HARMS**

Diretora de Operações de Conteúdo

JULIANA MAYUMI ONO

Editores: Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Danielle Oliveira, Ivê A. M. Loureiro Gomes e Luciana Felix

Produção Editorial

Coordenação

JULIANA DE CICCIO BIANCO

Analistas Editoriais: Amanda Queiroz de Oliveira, Danielle Rondon Castro de Moraes, Flávia Campos Marcelino Martines, George Silva Melo, Luara Coentro dos Santos, Luciano Mazzolenis J. Cavalheiro e Rodrigo Domiciano de Oliveira

Analistas de Qualidade Editorial: Cintia Mesojedovas Nogueira, Maria Angélica Leite, Rafaella de Almeida Vasconcellos, Saramanta Fernandes Silva e Victor Bonifácio

Capa: Chrisley Figueiredo

Administrativo e Produção Gráfica

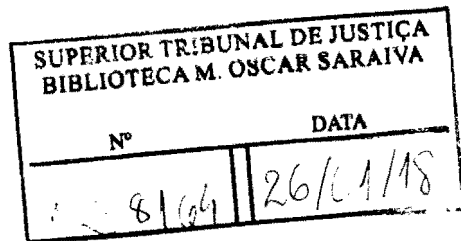
Coordenação

CAIO HENRIQUE ANDRADE

Analista Administrativo: Antonia Pereira

Assistente Administrativo: Francisca Lucélia Carvalho de Sena

Analista de Produção Gráfica: Rafael da Costa Brito



Obra dos Autores

Vide p. 797

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Zaffaroni, Eugênio Raúl

Manual de direito penal brasileiro : parte geral / Eugênio Raúl Zaffaroni, José Henrique Pierangeli. -- 11. ed. rev. e atual. -- São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2015.

Bibliografia.

ISBN 978-85-203-5997-6

1. Direito penal 2. Direito penal - Brasil I. Pierangeli, José Henrique. II. Título.

15-00806

CDU-343(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Direito penal 343(81)

102 8164

II – Sistema penal e direito penal

7. Conceito de “sistema penal”	70
8. Os distintos setores do sistema penal	71
9. Os discursos do sistema penal	72
10. Condicionamentos do sistema penal	75
11. A função social do sistema penal	76
12. O princípio da intervenção mínima na América Latina.....	79
13. O sistema penal e a lei penal.....	79
Bibliografia	82

CAPÍTULO II – O HORIZONTE DE PROJEÇÃO
DO SABER DO DIREITO PENAL

I – O direito penal

14. Divisão da parte geral do direito penal	84
15. Conceito geral de direito penal.....	84
16. Denominação	85
17. O horizonte de projeção do saber do direito penal.....	86
18. O direito penal e a filosofia	87
19. O caráter público do direito penal	87

II – O objetivo da legislação penal

20. Tem sentido perguntar-se pelo objetivo da legislação penal?	89
21. As respostas usuais.....	90
22. Existe a “segurança jurídica”?	91
23. O que é a defesa social?	93
24. Tutela de bens jurídicos ou de valores éticos?	94

*III – A tarefa asseguradora do direito penal
no marco da ordem jurídica*

25. O caráter diferenciador do direito penal.....	97
26. O caráter sancionador do direito penal e sua autonomia	98

*IV – A coerção penal como meio de prover
a segurança jurídica*

27. O conceito de coerção penal.....	100
28. Crítica da tese da prevenção geral.....	100
29. Prevenção geral e função simbólica da pena.....	103
30. A prevenção penal como objetivo da pena	104
31. A prevenção especial em relação ao sujeito passivo.....	108

V – Direito penal de culpabilidade e de periculosidade

32. Direito penal de culpabilidade e de periculosidade	109
33. Direito penal de autor e direito penal de ato	113

VI – As “teorias da pena”

34. As chamadas teorias da pena	114
35. Sistemas unitários e sistemas pluralistas.....	115
36. As medidas de segurança	117
Bibliografia	118

CAPÍTULO III – FONTES, LIMITES E RELAÇÕES
DO DIREITO PENAL

I – As fontes do direito penal

37. Fontes de produção e de conhecimento da legislação penal	120
38. A fonte de produção do direito penal brasileiro é a União	121
39. Fontes de conhecimento do saber jurídico-penal.....	122
40. As fontes de informação da ciência do direito penal	123

II – Legislação penal, ciência do direito penal e política criminal ou criminológica

41. Política criminal ou criminológica.....	125
42. Política criminal e legislação penal.....	126
43. Política criminológica e saber penal	127

III – O direito penal e as outras disciplinas jurídicas

44. Relações com o direito constitucional	128
45. O direito penal e os direitos humanos	129
46. O problema dos crimes hediondos e outras discriminações constitucionais ..	130
47. O esquema geral das disciplinas jurídico-penais	132
48. Relações com o direito processual penal.....	133
49. Direito penal e direito de execução penal.....	134
50. Direito penal e direito penal militar.....	135
51. Direito contravencional	136
52. Direito penal e direito do menor.....	137
53. Direito penal e direito administrativo.....	140
54. Relações com o direito internacional.....	142

*IV – Relações e delimitação do direito penal com a
criminologia e outras disciplinas*

55. A criminologia	147
56. A criminologia positivista	148
57. A criminologia da “reação social”	149
58. As “ciências penais”	150
Bibliografia	152

**CAPÍTULO IV – O MÉTODO E OS PRINCÍPIOS INTERPRETATIVOS
DO SABER DO DIREITO PENAL**

I – O problema do método no direito penal

59. A dogmática	153
60. O método dogmático como método científico.....	154
61. A necessidade prática da construção que pretende ser logicamente completa	155
62. O <i>modus operandi</i> do método dogmático	156
63. Os “fatos” que o dogmático deve levar em conta para a construção	158
64. Dogmática e ideologia.....	160
65. O método comparativo no direito penal.....	161

*II – Princípios a que deve ajustar-se toda
interpretação da lei penal*

66. Proscrição da analogia	161
67. A interpretação restritiva ou o princípio <i>in dubio pro reo</i>	163
68. O princípio de intranscendência ou de personalidade da pena.....	164
69. O princípio de humanidade	165
Leituras complementares	166

CAPÍTULO V – EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO PENAL

I – O direito penal antigo

70. Objeto do estudo da evolução legislativa.....	167
71. O direito penal das culturas distantes.....	168
72. O direito penal greco-romano como marco de laicização da legislação penal	172
73. O direito penal romano.....	175

II – O direito penal medieval e moderno

74. Os germanos	176
-----------------------	-----

75. O direito penal canônico.....	177
76. O direito penal árabe.....	178
77. Os práticos e os glosadores	178
78. A Carolina	179
79. A legislação penal ibérica: Espanha	179
80. Portugal: os forais e as Ordenações do Reino	181

III – O movimento reformador do século XVIII

81. As reformas penais do despotismo ilustrado	193
--	-----

IV – A gênese da legislação contemporânea

82. A codificação do século XIX	194
83. Os principais textos do século XX	196

V – A legislação penal brasileira do século XIX

84. O Código Criminal do Império.....	198
85. O Código da República Velha (1890)	201
86. Os projetos de VIEIRA DE ARAUJO.....	202
87. Avaliação geral da legislação penal do século XIX	203

VI – A evolução até o Código de 1940

88. O projeto GALDINO SIQUEIRA (1913)	203
89. Projetos de SA PEREIRA (1927, 1928 e 1935).....	203
90. O projeto ALCÂNTARA MACHADO	204
91. O Código de 1940.....	204

VII – A legislação atual

92. A tentativa de substituição do Código de 1940: o Código de 1969 e suas reformas	205
93. A nova parte geral de 1984	206
94. Perspectiva.....	207
Bibliografia	208

CAPÍTULO VI – A LEI PENAL EM RELAÇÃO AO TEMPO E A PESSOAS QUE DESEMPENHAM DETERMINADAS FUNÇÕES

I – A lei penal no tempo

95. O princípio geral e a exceção.....	209
96. Leis temporárias e excepcionais.....	211
97. Retroatividade e medidas de segurança	212
98. O momento da ação ou omissão	212

99. As leis descriminalizadoras anômalas: leis de anistia	214
<i>II – O direito da aplicação da lei penal em relação a pessoas que desempenham determinadas funções</i>	
100. Indenidades e imunidades	215
101. Indenidades ou imunidades absolutas parlamentares	216
102. Imunidades diplomáticas e consulares	217
Leituras complementares	218

TÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICO-POLÍTICA DO HORIZONTE
DE PROJEÇÃO DO SABER DO DIREITO PENAL
(AS IDEOLOGIAS PENAIS)

CAPÍTULO VII – O SURGIMENTO DO PENSAMENTO PENAL
MODERNO: O INDUSTRIALISMO

I – As ideologias penais anteriores ao industrialismo

103. A iniludível referência às ideologias	221
104. O pensamento oriental e sua influência sobre o saber penal	222
105. O pensamento grego	225
106. Os sofistas	226
107. SÓCRATES	228
108. PLATÃO	228
109. ARISTÓTELES	229
110. O pensamento pós-aristotélico	230
111. O pensamento medieval em geral	231
112. SANTO AGOSTINHO	232
113. A escolástica medieval	233
114. A mística	235
115. O ensinamento do pensamento medieval	235

II – O industrialismo: mudanças estruturais e consequências penais

116. Revolução industrial e controle social	236
---	-----

*III – O contratualismo retributivo:
a defesa do capitalismo incipiente frente à nobreza*

117. O talião: a indenização pela violação do contrato	240
118. As respostas ao kantismo do liberalismo (FEUERBACH) e do socialismo (MARAT)	243

IV – Os penalistas do contratualismo

119. BECCARIA.....	246
120. MELLO FREIRE.....	248
121. LARDIZÁBAL.....	250
122. ROMAGNOLI.....	250
123. A “escola toscana” (CARMIGNANI E CARRARA)	251

*V – A ideologia do treinamento para a produção industrial
(a ideologia da defesa do capitalismo incipiente frente às massas)*

124. As penas: do “corpo” à “alma”	252
125. BENTHAM e a “ideologia panóptica”	253
Bibliografia	255

CAPÍTULO VIII – AS IDEOLOGIAS PENAIS
DA CONSOLIDAÇÃO DO PODER DO CAPITAL
NOS PAÍSES CENTRAIS E SUA CRISE

I – O giro para o organicismo

126. O deslocamento do conflito.....	257
127. O organicismo social.....	258

II – A ideologia penal hegeliana

128. Hegelianismo penal.....	259
129. A projeção do pensamento hegeliano	261

III – As ideologias penais das respostas ao hegelianismo

130. O krausismo penal (correcionalismo)	261
131. A reação anti-hegeliana do “direito penal popular”	264
132. A reação nietzscheana	264
133. A reação marxista.....	266

IV – O organicismo positivista

134. O positivismo como ideologia do capitalismo incipiente consolidado no poder.....	268
135. A antropologia criminal de LOMBROSO	270
136. O positivismo penal sociológico: FERRI	271
137. A “luta de escolas”	272
138. O platonismo rudimentar de GAROFALO.....	274

V – As variantes do positivismo

139. O evolucionismo espiritualista de VON LISZT	276
140. O positivismo correcionalista: DORADO MONTERO	278
141. O positivismo jurídico	279
142. BINDING	280

VI – A crise do positivismo organicista

143. A primeira visão macrosociológica moderna do crime (DURKHEIM).....	282
Bibliografia	283

CAPÍTULO IX – A IDEOLOGIA PENAL
NO “ESTADO DO BEM-ESTAR”
NOS PAÍSES CENTRAIS

I – A ideologia criminal a partir da crise do positivismo organicista

144. A separação das ideologias.....	285
--------------------------------------	-----

II – As ideologias da criminologia norte-americana

145. As teorias sociológicas da unidade cultural	287
146. As teorias do conflito	289

III – A ideologia do tratamento

147. A ideologia do tratamento.....	291
148. A nova defesa social	292

IV – A ideologia do direito penal retributivo europeu

149. O neocriticismo penal.....	294
150. O neopositivismo (ou positivismo lógico ou “círculo de Viena”)	295
151. O neoescolasticismo.....	296
152. A ética material (SCHELER-HARTMANN)	297
Bibliografia	299

CAPÍTULO X – A IDEOLOGIA PENAL EM PAÍSES CENTRAIS
COM DIFICULDADE DE ACUMULAÇÃO
DE CAPITAL PRODUTIVO

I – A atitude geral do direito penal “de acumulação rápida”

153. A crítica ao “direito penal liberal”	300
154. O conceito de direito penal liberal.....	301

II – As políticas penais dos autoritarismos de pré-guerra

155. As políticas penais fascista e nacional-socialista.....	302
156. A política penal soviética de pré-guerra.....	305

III – A política penal soviética

157. O direito penal soviético da última etapa	307
--	-----

IV – Os princípios político-penais da Igreja Católica

158. A consideração dos problemas penais pelos últimos pontífices	309
Leituras complementares	311

CAPÍTULO XI – PANORAMA ATUAL DO PENSAMENTO PENAL
E A PROBLEMÁTICA PERIFÉRICA

I – Bases filosóficas realistas provenientes dos países centrais

159. Existencialismo	312
160. A teoria das estruturas lógico-objetivas ou lógico-reais.....	315
161. A teoria crítica da sociedade	317

II – Linhas político-criminais enunciadas nos países centrais

162. Tendências penais utópicas.....	319
163. A “nova direita” penal.....	321
164. A “política criminal verde”	322
165. Descriminalização, despenalização, diversificação e intervenção mínima .	324

III – O pensamento penal atual na América Latina

166. O “retribucionismo” na América Latina	325
167. O perigosismo na América Latina.....	326
168. O direito penal de segurança nacional.....	327
169. A crítica penal latino-americana	328
Bibliografia	328

CAPÍTULO XII – OS CAMINHOS ABERTOS
PARA UMA FUNDAMENTAÇÃO ANTROPOLÓGICA
DO DIREITO PENAL

I – A necessidade da fundamentação antropológica

170. A inevitabilidade das perguntas fundamentais	330
---	-----

*II – Direito penal efetivo, direito penal não efetivo
e puro exercício do poder*

171.	A distinção	331
172.	Quando há direito penal e quando há mero exercício de poder?	332

III – O direito penal efetivo e o direito penal não efetivo

173.	Condições de efetividade do direito penal	333
174.	Efeitos da ausência de fundamentação antropológica	340

SEGUNDA PARTE

TEORIA DO DELITO

TÍTULO I

ESTRUTURAÇÃO DA TEORIA DO DELITO

CAPÍTULO XIII – NECESSIDADE DA TEORIA DO DELITO

I – Utilidade da teoria do delito

175.	Incumbência da teoria	347
------	-----------------------------	-----

II – Necessidade de estratificar a teoria do delito

176.	Conceito de estratificação	348
177.	Teoria estratificada e teoria unitária do delito	349
178.	Estratificado é o conceito obtido pela análise, não o delito	350

CAPÍTULO XIV – ESBOÇO ESTRUTURAL

I – Os níveis analíticos da teoria do delito

179.	Colocação geral	351
180.	Representação do proceder analítico	354
181.	O critério sistemático que surge da estrutura analítica	354

II – Outros possíveis critérios sistemáticos e sua crítica

182.	Do autor à conduta	355
183.	O critério objetivo-subjetivo	356

III – Evolução da teoria do delito

184.	Injusto objetivo – Culpabilidade psicológica (LISZT)	357
185.	Distinção dentro do injusto entendido objetivamente: a tipicidade (BELING)..	358
186.	A ruptura do esquema objetivo-subjetivo	358
187.	O tipo complexo e o finalismo	360
188.	A teoria do delito no Brasil	361

189. <i>Excursus</i> : a discussão nos últimos anos	362
Bibliografia	365

TÍTULO II A CONDUTA

CAPÍTULO XV – CONCEITO E FUNÇÃO DA CONDUTA

I – O direito penal não altera o conceito de conduta

190. Ato de vontade e ato de conhecimento	369
191. O direito e a conduta humana	369
192. Não há delito sem conduta	370
193. Tentativas de desconhecimento do <i>nullum crimen sine conducta</i>	371

II – A questão terminológica

194. Conduta, ação, ato, fato	373
-------------------------------------	-----

III – Conduta implica vontade

195. Vontade e desejo	374
196. Vontade e finalidade.....	375
197. Vontade e vontade “livre”	375

IV – Estrutura da conduta

198. A antecipação biocibernética	376
199. A estrutura da conduta segundo o conceito ôntico-ontológico e sua tradição	377
200. Localização do resultado e do nexa causal	378

V – A conduta como caráter genérico comum a todas as formas típicas

201. Caráter comum para as formas típicas dolosas e culposas	379
202. Caráter comum para as formas típicas ativa e omissiva.....	380

CAPÍTULO XVI – OUTROS CONCEITOS DE CONDUTA E SUA CRÍTICA

I – A teoria causal da ação

203. Conceito geral de conduta para o causalismo.....	381
204. Crítica do conceito.....	383

II – As teorias “sociais” da conduta

205. Os seus diversos sentidos.....	385
206. Conceito “social” e teoria finalista.....	386
207. Esterilidade do conceito “social”	386

*III – As tentativas de estruturar o conceito de conduta a partir
de exigências sistemáticas*

208. O idealismo gnosiológico não possibilita apenas o conceito causal de conduta..	387
Leituras complementares	388

CAPÍTULO XVII – AUSÊNCIA DE CONDUTA

I – Panorama

209. Enumeração das hipóteses	389
-------------------------------------	-----

II – Força física irresistível

210. Delimitação	390
211. Hipóteses de força física irresistível	391
212. Força física irresistível “interna”	392

III – Involuntariedade

213. Conceito e delimitação	393
214. Estado de inconsciência	394
215. Casos particulares de inconsciência	395
216. A involuntariedade procurada	395
217. Ausência de conduta na omissão	395

IV – Importância da distinção com outros aspectos negativos do delito

218. Efeitos da ausência de conduta	396
Bibliografia	396

TÍTULO III

A TIPICIDADE

CAPÍTULO XVIII – ESTRUTURA DOS TIPOS PENAIS E SUAS
RELAÇÕES COM A ANTIJURIDICIDADE

I – Conceito de tipo e tipicidade

219. Definição de tipo penal	399
220. Tipo e tipicidade	400
221. Outros usos da palavra “tipo”	401

II – Modalidades técnico-legislativas dos tipos

222. Tipos legais e tipos judiciais	401
223. Tipos abertos e tipos fechados	402
224. Outra forma de abertura típica	403

225. Tipo de autor e tipo de ato.....	403
226. A lei penal em branco	404

III – Concepções complexa e objetiva

227. A concepção objetiva do tipo penal.....	405
228. A concepção complexa do tipo penal.....	406

IV – Tipicidade e antijuridicidade

229. Panorama das distintas posições.....	408
230. Interesse, bem e norma.....	409
231. A antinormatividade	410
232. Tipicidade penal: tipicidade legal mais tipicidade conglobante.....	412
233. Antinormatividade e antijuridicidade.....	414
234. Atipicidade conglobante e justificação.....	414

V – Os bens jurídicos penalmente tutelados

235. A importância do bem jurídico.....	415
236. Conceito de bem jurídico	416
237. Precisão do conceito de “relação de disponibilidade”	417
238. A moral como bem jurídico	418
239. Pode-se prescindir do bem jurídico?	419
240. Classificação dos tipos penais em razão dos bens jurídicos afetados	420
Leituras complementares	421

CAPÍTULO XIX – TIPOS ATIVOS DOLOSOS: ASPECTO OBJETIVO

I – Panorama da estrutura do tipo doloso

241. Aspecto objetivo e subjetivo do tipo doloso ativo	422
--	-----

II – A alteração física

242. O resultado material	423
243. A relação de causalidade.....	424
244. A natureza da relação de causalidade.....	425

III – Os sujeitos, as referências e os elementos normativos

245. Os sujeitos.....	427
246. As referências.....	428
247. Os elementos normativos.....	428

IV – Classificações secundárias

248. Sua importância e quadro geral	429
Leituras complementares	431

CAPÍTULO XX – TIPOS ATIVOS DOLOSOS: ASPECTO SUBJETIVO

I – Estrutura do tipo doloso subjetivo

249. Tipos subjetivos que se esgotam no dolo e tipos subjetivos que reconhecem outros elementos	432
---	-----

II – Conceito de dolo

250. Definição e aspectos	433
---------------------------------	-----

III – O aspecto cognoscitivo do dolo

251. As formas de conhecimento.....	434
252. O grau de atualização exigido pelo dolo.....	435
253. Dolo e conhecimento da antijuridicidade.....	435
254. Dolo valorado e dolo desvalorado.....	436
255. Os conhecimentos requeridos pelo dolo.....	437
256. Previsão da causalidade e do resultado.....	437
257. Alguns erros sobre a causalidade	438

IV – A ausência de dolo por erro de tipo

258. O erro de tipo: sua natureza.....	442
259. Os efeitos do erro de tipo.....	444
260. As concepções tradicionais do erro e sua crítica.....	445
261. O princípio <i>error juris nocet</i> e a solução legal vigente.....	446
262. O erro de tipo não é o “erro de fato”	447
263. O erro de tipo psicologicamente condicionado.....	447

V – O aspecto volitivo do dolo

264. As distintas classes de dolo segundo seu aspecto volitivo: o dolo direto....	448
265. O dolo eventual	448

VI – Os elementos subjetivos do tipo distintos do dolo

266. Conceito e localização	450
267. Dificuldades que acarretam para a teoria objetiva do tipo.....	451
268. Classes de tipos com elementos subjetivos distintos do dolo.....	452

269. Elementos subjetivos do tipo distintos do dolo e componentes da culpabilidade	454
Leituras complementares	455

CAPÍTULO XXI – TIPOS CULPOSOS

I – Panorama da problemática da culpa

270. Culpa e finalidade	456
271. Os tipos culposos como tipos abertos.....	457
272. A função do fim no tipo culposo	458

II – O aspecto objetivo do tipo culposo

273. A função do resultado nos tipos culposos	459
274. A causalidade no tipo culposo	460
275. A violação do dever de cuidado	460
276. Relação de determinação entre a violação do dever de cuidado e a produção do resultado (conexão de antijuridicidade).....	462

III – O aspecto subjetivo do tipo culposo

277. Sua natureza.....	463
278. Componentes subjetivos.....	463
279. Culpa com fim de causar o resultado.....	464
280. Culpa com representação e culpa inconsciente	465

IV – Outras posições a respeito da culpa e sua crítica

281. A tentativa de fundamentar a culpa na causalidade e a previsibilidade.....	466
282. Localização da culpa na culpabilidade.....	466
283. Críticas ao conceito finalista de tipo culposo	468
Leituras complementares	469

CAPÍTULO XXII – O PROBLEMA DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA

I – O chamado “princípio de culpabilidade”

284. Conteúdo do chamado “princípio de culpabilidade”	470
285. Violação do <i>nullum crimen sine culpa</i> : a responsabilidade objetiva	470

II – As figuras complexas

286. A preterintenção e outras hipóteses.....	471
287. Delitos “qualificados pelo resultado”	472

III – *O versari in re illicita e suas manifestações*

288. O princípio do <i>nullum crimen sine culpa</i> e seu desconhecimento	473
289. A teoria da <i>actio libera in causa</i>	474
290. Crítica à teoria da <i>actio libera in causa</i>	475
291. O problema da embriaguez na legislação brasileira	478
Leituras complementares	481

CAPÍTULO XXIII – OS TIPOS OMISSIVOS

I – *Natureza da omissão*

292. A omissão é uma estrutura típica	482
293. Não há omissões pré-típicas	483

II – *A estrutura do tipo omissivo objetivo*

294. Situação, exteriorização e possibilidade	484
295. Equivalente típico da causação	484
296. O autor	485
297. A omissão imprópria e sua problemática	485
298. As fontes da posição de garantidor	487

III – *O tipo omissivo subjetivo: o dolo na omissão*

299. O dolo omissivo	488
----------------------------	-----

IV – *As omissões culposas*

300. A culpa omissiva	490
301. Estrutura culposa e estrutura omissiva	491

V – *Excursus político-criminal*

302. O significado político-criminal da omissão	492
Leituras complementares	493

CAPÍTULO XXIV – A TIPICIDADE CONGLOBANTE
COMO CORRETIVO DA TIPICIDADE LEGALI – *Função da tipicidade conglobante*

303. Remissão	494
---------------------	-----

II – *O cumprimento de um dever jurídico*

304. Natureza	495
305. Colisão de deveres	496

306. Consequências de sua natureza	498
<i>III – Casos particulares de atipicidade conglobante distintos do cumprimento de dever</i>	
307. Acordo.....	498
308. As intervenções cirúrgicas	500
309. As lesões desportivas.....	502
310. As atividades perigosas fomentadas	503
<i>IV – A afetação do bem jurídico como requisito indispensável da tipicidade conglobante</i>	
311. Dano e perigo.....	504
312. O princípio da insignificância.....	505
<i>V – Excursus esclarecedor</i>	
313. A teoria da adequação social da conduta	505
Leituras complementares	506

TÍTULO IV

A ANTIJURIDICIDADE

CAPÍTULO XXV – ANTIJURIDICIDADE E JUSTIFICAÇÃO

I – Antinormatividade e antijuridicidade

314. Ordem normativa e ordem jurídica	509
315. O conceito geral de antijuridicidade.....	509
316. Antijuridicidade formal e material.....	510
317. A justificação “supralegal” e o injusto “supralegal”	511
318. A politização da antijuridicidade material	511
319. Nossa posição.....	512

II – Antijuridicidade objetiva e subjetiva

320. Antijuridicidade e injusto	512
321. Outros sentidos da “objetividade” da antijuridicidade	513
322. O problema do injusto pessoal	513

III – Os tipos permissivos em geral

323. Estrutura do tipo permissivo	514
324. A congruência no tipo permissivo	516
325. O fundamento genérico dos tipos permissivos	516

326. Classificação dos tipos permissivos	517
Leituras complementares	517

CAPÍTULO XXVI – LEGÍTIMA DEFESA

I – Natureza e fundamento

327. O fundamento individual e o fundamento social	518
328. Necessidade e defesa	519

II – Características da defesa legítima

329. Bens defensáveis.....	520
330. A agressão injusta	520
331. A questão da provocação	521
332. Necessidade da defesa.....	522
333. Moderação da defesa.....	523
334. A defesa da administração da justiça e a vida	524
335. Aspecto subjetivo do tipo permissivo	525
336. A defesa do Estado	525
Leituras complementares	526

CAPÍTULO XXVII – OUTROS TIPOS PERMISSIVOS EM PARTICULAR

I – A regulação legal do estado de necessidade; justificação e excludente de culpabilidade

337. A fórmula legal.....	527
338. As dificuldades enfrentadas pela teoria do estado de necessidade.....	528
339. As autonomias teóricas como única solução	529
340. O estado de necessidade como justificação e como exclusão de culpabilidade.....	529

II – O estado de necessidade justificante

341. Conceito.....	530
342. Requisitos do estado de necessidade justificante	531

III – O excesso nas causas de justificação

343. O conceito de “excesso”	533
344. Excesso doloso e excesso culposos	534
Leituras complementares	535

TÍTULO V
A CULPABILIDADE

CAPÍTULO XXVIII – CONCEITO, FUNDAMENTO E DELIMITAÇÃO

I – Conceito de culpabilidade

345. Ideia geral.....	539
346. Evolução da teoria da culpabilidade: a teoria psicológica da culpabilidade	541
347. Evolução da teoria da culpabilidade: a culpabilidade como relação psicológica e como reprovabilidade	542
348. O ápice da evolução: a culpabilidade como reprovabilidade	542

II – O princípio de culpabilidade

349. Fundamento antropológico	544
350. A impossibilidade da culpabilidade sobre outra base antropológica	544

III – Culpabilidade de ato e de autor

351. A culpabilidade pela conduta de vida	545
352. Aristóteles e a culpabilidade pela conduta de vida	546

IV – Outros conceitos de culpabilidade

353. A chamada “coculpabilidade”	547
354. A culpabilidade fundamentada na teoria do fim da pena	548
355. A teoria da “possibilidade de atribuição”	548
356. Inculpabilidade e impunidade	548

V – Panorama da culpabilidade normativa e sua ausência

357. Culpabilidade e inculpabilidade normativas	549
Leituras complementares	550

CAPÍTULO XXIX – A POSSIBILIDADE EXIGÍVEL DE
COMPREENSÃO DA ANTIJURIDICIDADE

I – Localização sistemática

358. Exigência legal	551
359. Teorias que situam a “consciência da antijuridicidade” no dolo	551
360. Teorias que situam o problema na culpabilidade.....	553
361. Nossa posição.....	554

II – Natureza

362. Consciência da antijuridicidade e consciência individual.....	554
--	-----

363. Natureza da compreensão da antijuridicidade.....	555
364. O conteúdo da possibilidade de compreensão da antijuridicidade.....	556
Leituras complementares	557

CAPÍTULO XXX – A INEXIGIBILIDADE
DA COMPREENSÃO DA ANTIJURIDICIDADE PROVENIENTE
DE INCAPACIDADE PSÍQUICA

I – Conceito, localização e delimitação

365. Conceito de imputabilidade e inimputabilidade.....	558
366. Outros conceitos de imputabilidade	560

*II – A incapacidade psíquica de entender
a ilicitude no direito vigente*

367. Os efeitos psíquicos que acarretam incapacidade	561
368. A enfermidade mental e o desenvolvimento incompleto ou retardado. Menoridade.....	563
369. Emoção e paixão	567

III – A culpabilidade diminuída

370. O conceito legal	568
Leituras complementares	569

CAPÍTULO XXXI – ERRO DE PROIBIÇÃO
(INEXIGIBILIDADE DA COMPREENSÃO DA ANTIJURIDICIDADE
PROVENIENTE DE ERRO)

I – Conceito e classificação

371. Conceito.....	570
372. Classificação.....	570

*II – O erro de proibição visto sob o ângulo
de outras teorias do delito e do injusto*

373. O erro de proibição para as teorias que situam a consciência do injusto no dolo.....	572
374. O erro de proibição na chamada “teoria limitada da culpabilidade”	572

III – O erro de proibição no nosso Código

375. As fórmulas legais	573
-------------------------------	-----

IV – O erro de compreensão

376. Erro de conhecimento e de compreensão	575
377. A consciência dissidente e o erro de compreensão	576
378. O erro de compreensão e o erro culturalmente condicionado em geral.....	577

V – Casos especiais de erro

379. Erro de proibição, de subsunção e de punibilidade	579
--	-----

VI – Erro de proibição vencível e invencível

380. Orientação geral	580
Leituras complementares	580

CAPÍTULO XXXII – INEXIGIBILIDADE DE OUTRA
CONDUTA PELA SITUAÇÃO REDUTORA
DA AUTODETERMINAÇÃO

I – Caracterização geral

381. Diversidade de hipóteses básicas	582
---	-----

II – Estado de necessidade exculpante

382. Regulamentação legal.....	583
383. Estado de necessidade e coação	584
384. Desconhecimento e falsa suposição da situação de necessidade	585
385. Culpabilidade diminuída pelo estado de necessidade incompleto	586

III – A obediência hierárquica

386. Hipóteses distintas	587
--------------------------------	-----

*IV – Impossibilidade de dirigir as ações
conforme a compreensão da antijuridicidade*

387. A segunda hipótese da inimputabilidade	589
---	-----

V – Culpabilidade supralegal

388. A inexigibilidade de outra conduta.....	589
Leituras complementares	590

TÍTULO VI
PROBLEMÁTICA ESPECIAL DA TIPICIDADE

CAPÍTULO XXXIII – A AUTORIA

I – A problemática do concurso de pessoas

389. Colocação geral do problema.....	593
390. Natureza dos conceitos de autor e partícipe	593
391. O sistema penal vigente	594

II – Autoria e participação

392. Critérios que têm sido defendidos.....	595
393. Formas de delimitação entre autoria e participação	596
394. O critério do domínio do fato como indicador da autoria.....	597

III – Formas de autoria

395. Autoria direta e autoria mediata	598
396. Autoria e coautoria	601

IV – A autoria dolosa e a autoria culposa

397. Explicitação das diferentes bases conceituais	602
398. Consequências da diferença.....	602

V – O autor de determinação

399. Delitos de mão própria e <i>delicta propria</i>	604
400. O tipo especial de autor de determinação.....	605

VI – O cúmplice com participação de maior importância

401. Coautoria e cumplicidade necessária.....	606
---	-----

VII – Autoria mediata com determinado culpável e punível

402. A autoria de escritório	607
Leituras complementares	609

CAPÍTULO XXXIV – PARTICIPAÇÃO (INSTIGAÇÃO E CUMPLICIDADE)

I – Conceito geral

403. Natureza.....	610
404. Outras opiniões acerca de sua natureza	611
405. Deslinde acerca de outras hipóteses de concurso	613
406. Participação e favorecimento	613

II – Requisitos da participação

407. Aspecto interno da acessoriedade	615
408. Aspecto externo	615

III – Problemas particulares da participação

409. Formas especiais de configuração.....	616
410. Erro na participação.....	616
411. A chamada “comunicabilidade das circunstâncias”.....	617

IV – Instigação

412. Conceito e meios.....	618
413. O resultado da instigação.....	619
414. O dolo de instigação.....	619
415. Instigação ao suicídio e a autolesão.....	620

V – Cumplicidade

416. Conceito e classes.....	621
417. A participação de menor importância.....	622
Leituras complementares.....	622

CAPÍTULO XXXV – A TENTATIVA

I – Conceitos gerais

418. Conceito de tentativa.....	623
419. O fundamento da punição da tentativa.....	624

II – Estrutura do delito tentado

420. O dolo na tentativa.....	625
421. A consumação como limite da tentativa.....	626
422. Atos executivos e preparatórios.....	627
423. Classes de tentativa.....	629
424. Tentativa na omissão.....	629

III – A tentativa inidônea (delito impossível)

425. Conceito.....	629
--------------------	-----

IV – A desistência voluntária e o arrependimento eficaz

426. Fundamento e natureza.....	631
427. Consequências da natureza jurídica.....	634
428. Consequências do fundamento.....	634
429. Diferença entre a desistência voluntária e o arrependimento eficaz.....	634
430. O arrependimento posterior.....	635
431. A tentativa qualificada.....	636
Leituras complementares.....	636

CAPÍTULO XXXVI – UNIDADE E PLURALIDADE
DE TIPICIDADES

I – Pluralidade de crimes e de tipicidades

432.	Realismo e idealismo nos concursos real e ideal	637
------	---	-----

II – Unidade e pluralidade de condutas ou ações

433.	O problema na legislação comparada	638
434.	Os sistemas dos Códigos brasileiros	639
435.	A questão da unidade ou pluralidade de crimes e sua base ôntica	640
436.	O sistema no Código vigente	641
437.	Quando há uma e quando há várias condutas?	642
438.	Casos distintos de consideração típica unitária da pluralidade de movimentos voluntários com plano comum	644
439.	O verdadeiro delito continuado	645

III – Concurso formal

440.	Concurso formal e unidade de conduta	647
441.	Concurso formal qualificado	648

IV – Concurso material ou real

442.	Concurso material e pluralidade de condutas	650
443.	Concurso material atenuado ou falso crime continuado	651
444.	Os graus de atenuação do concurso material	652

V – Considerações de lege ferenda

445.	Crítica à lei vigente	653
------	-----------------------------	-----

VI – Concursos aparentes

446.	O concurso aparente de tipos	653
	Leituras complementares	656

TERCEIRA PARTE
TEORIA DA COERÇÃO PENAL

TÍTULO I

COERÇÃO MATERIALMENTE PENAL

CAPÍTULO XXXVII – CONDIÇÕES DE OPERATIVIDADE
DA COERÇÃO PENAL

I – Conceito geral

447.	Coerção formal e materialmente penal	661
------	--	-----

448. A “punibilidade”	661
449. Condições que fazem atuar a coerção penal	663

II – As condições penais de operatividade da coerção penal

450. Ausência de causas pessoais que excluem a punibilidade	665
451. Casos especiais de causas pessoais que cancelam a punibilidade	667
452. A graça ou indulto como causa pessoal de extinção da punibilidade.....	668
453. Perdão judicial	669
454. A prescrição da pena como causa pessoal de extinção da punibilidade	670
455. A questão da imprescritibilidade	671

III – A prescrição no nosso Código Penal

456. Introdução.....	671
457. Prescrição da pretensão punitiva (ou da ação)	672
458. Prescrição das penas restritivas de direito	674
459. Prescrição da pretensão executória.....	674
460. Redução de prazos	675
461. Interrupção do prazo da prescrição da pretensão punitiva.....	675
462. Interrupção do prazo prescricional da pretensão executória.....	677
463. Comunicabilidade das causas interruptivas.....	677
464. Absorção de penas	678
465. Suspensão do prazo prescricional.....	678
466. Prescrição intercorrente	679
467. Prescrição retroativa.....	681
468. Recurso da acusação	682
469. Prescrição e leis especiais.....	683
470. Prescrição e mérito.....	684

IV – Excursus sobre as chamadas “condições objetivas de punibilidade”

471. O problema	684
472. Existem as “condições objetivas de punibilidade”?	684

V – As condições processuais de atuação da coerção penal

473. Exercício das ações	685
474. Ação penal e crime complexo	689
475. Decadência.....	689
476. Perempção.....	691
477. Renúncia do direito de queixa	692

VI – Efeitos

478. Alcance da extinção da punibilidade	693
Leituras complementares	695

CAPÍTULO XXXVIII – MANIFESTAÇÕES DA COERÇÃO PENAL

I – Manifestações da coerção penal no direito penal vigente: panorama geral

479. As penas do Código Penal.....	696
480. A relativa indeterminação da pena.....	697

II – O problema da pena de morte

481. A legislação brasileira.....	697
482. A pena de morte no mundo	698
483. A pena de morte não é uma pena.....	699

III – Manifestações da coerção penal excluídas da legislação penal

484. Manifestações excluídas pela Constituição Federal.....	699
485. Outras penas que não constam do Código	701
486. Penas propostas recentemente	701

IV – As penas privativas de liberdade

487. Considerações gerais.....	703
488. As penas privativas de liberdade no Código vigente.....	705
489. Cálculo do tempo da pena e detração penal	706
490. O limite máximo de duração da pena privativa de liberdade	707
491. Execução das penas privativas de liberdade	709
492. A execução das penas privativas de liberdade no Brasil	710
493. A remição pelo trabalho.....	713
494. Os direitos dos presos	713

V – Livramento condicional

495. Requisitos.....	714
496. Livramento condicional subordinado a condições específicas	717
497. Condições a que deve se submeter o liberado	718
498. Revogação do livramento condicional	718

VI – Penas restritivas de direitos

499. Enunciado e natureza	719
500. Conversão das penas restritivas de direitos em penas privativas de liberdade	720

501. Prestação pecuniária	721
502. Perda de bens e valores	721
503. Prestação de serviços à comunidade	722
504. Interdição temporária de direitos	723
505. Limitação de fim de semana	724
506. A pena pecuniária e sua crítica	725
507. O sistema do Código Penal	726
508. Conversão da pena de multa em pena privativa de liberdade	728
509. A multa substitutiva	728

VII – Efeitos da condenação

510. Natureza	729
511. Confisco	729
512. As inabilitações acessórias	730

VIII – Reabilitação

513. Natureza	731
514. Direito penal de registro	732
515. Extinção das consequências da condenação	733
516. Condições para que ocorra a reabilitação	733
Leituras complementares	734

CAPÍTULO XXXIX – A DETERMINAÇÃO DA PENA NO CASO CONCRETO

I – Conceito de individualização da pena

517. Direito de quantificação da pena	735
---	-----

II – O sistema do Código Penal e a fixação da pena-base

518. Mecânica e etapas	736
519. Determinação da pena-base	738

III – Circunstâncias agravantes e atenuantes

520. Alcance da sua incidência na pena	740
521. Circunstâncias que decorrem de um efetivo conteúdo do injusto do delito	741
522. Circunstâncias correspondentes ao grau de culpabilidade do delito	743
523. Circunstâncias que decorrem de considerações político-criminais	744
524. Algumas circunstâncias inominadas	744

*IV – Reincidência: circunstância agravante
pelo maior conteúdo do injusto,
presumido juris et de jure*

525.	Fundamento, natureza e crítica	745
526.	Condições da reincidência na lei vigente	749

V – Causas de atenuação ou de agravação (escalas penais alteradas)

527.	Classificação	752
528.	Escalas alteradas pelo conteúdo do injusto	752
529.	Escalas alteradas pelo grau de culpabilidade	752
530.	Escalas alteradas por razões político-criminais	753

VI – Alguns problemas particulares da individualização da pena

531.	A individualização da pena de multa	754
532.	Individualização da pena em caso de cúmulo aritmético de privações de liberdade	755

VII – Suspensão condicional da pena

533.	Sursis e probation	755
534.	Requisitos	756
535.	Condições	757
536.	Revogação da suspensão	757

TÍTULO II

COERÇÃO FORMALMENTE PENAL

CAPÍTULO XL – MEDIDAS DE SEGURANÇA E EFEITOS CIVIS
DA CONDENAÇÃO PENAL

I – As medidas de segurança

537.	Introdução	761
538.	As medidas de segurança do Código Penal	762
539.	As medidas de segurança não têm limite máximo?	763

II – Efeitos civis da condenação penal

540.	Reparação do dano <i>ex delicto</i>	764
541.	Efeitos da sentença absolutória	766
	Bibliografia	766

ANEXO

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS

PREÂMBULO		771
OBRAS DOS AUTORES		797